

Programa habitacional e PEC dos Vereadores estão na pauta

Mesmo com obstrução, há acordo para votar limite de despesas com câmaras municipais. Quanto ao programa federal Minha Casa, Minha Vida, decisão ainda depende de entendimento em torno da CPI da Petrobras

A pauta do Senado está travada pela medida provisória que instituiu o programa federal de habitação Minha Casa, Minha Vida. Mesmo assim, os senadores podem examinar a proposta de emenda constitucional que define limites de gastos

para as câmaras municipais. A votação das demais matérias, incluindo a medida provisória, depende de negociações entre líderes do governo e da oposição. Por falta de acordo quanto à instalação da CPI da Petrobras, a pauta da semana passada foi obstruída. **3**



A votação da pauta do Plenário do Senado, composta por 49 itens, depende das negociações entre líderes do governo e da oposição a respeito da CPI da Petrobras

Congresso faz, na quinta, nova tentativa de votar créditos extraordinários **7**



Paim mostra edição do *Jornal do Senado* com matéria sobre a proposta

Paim defende proposta de candidatura avulsa

Proposta de emenda constitucional está na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **7**

Responsabilidade fiscal em debate

Alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal podem ser votadas amanhã pela Comissão de Justiça. A intenção é definir despesas que ficariam livres das limitações. **5**

Visita do presidente do Senado francês

O presidente do Senado francês, Gérard Larcher, será recebido hoje, às 11h, pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. **2**



Alvaro acredita que fatos graves sobre estatal ainda são desconhecidos

Oposição pode acionar STF em defesa de CPI, diz Alvaro

Senador considera "inexplicável a persistência com que o governo federal vem obstruindo os trabalhos" da CPI da Petrobras. **7**

Visita de Gérard Larcher ao país, em companhia de parlamentares, tem o objetivo de estreitar laços de amizade entre França e Brasil

Congresso recebe hoje o presidente do Senado francês

O PRESIDENTE DO Senado francês, Gérard Larcher, será recebido hoje, às 11h, pelos presidentes do Brasil, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer. No momento em que se comemora o Ano da França no Brasil, Larcher faz uma visita oficial, com o objetivo de estreitar os laços de amizade que unem as duas nações. A recepção será no Salão Nobre do Senado.

Representante da União para o Movimento Popular (UMP), partido de Nicolas Sarkozy, Gérard Larcher é presidente do Senado da França desde outubro de 2008. De acordo com informação da embaixada francesa, ele foi veterinário durante 14 anos, acompanhando, nessa especialidade, a equipe que disputou as provas equestres, em 1976, dos Jogos Olímpicos de Montreal. Abandonou a atividade quando se elegeu senador, em 1986.

Gérard Larcher ocupou por duas vezes a prefeitura da cidade de Rambouillet, na região de Yvelines. Eleito senador, exerceu a vice-presidência do Senado de 2001 a 2004, quando foi nomeado ministro delegado para as Relações Trabalhistas e, em seguida, ministro delegado para o Emprego, Trabalho e Inserção Profissional dos Jovens.

Em 2007, Larcher renovou seu mandato como senador, elegendo-se, um ano depois, presidente da instituição. Em abril de 2008, ainda segundo a embaixada da França, ele entregou ao presidente Nicolas Sarkozy um re-



Senat Français

Recepção a Larcher está prevista para as 11h, no Salão Nobre do Senado Federal

latório sobre reforma hospitalar, com o objetivo de que a França alcance, em 2012, o equilíbrio orçamentário nos hospitais públicos.

Acompanham Gérard Larcher nessa visita Roland du Luart, vice-presidente do Senado e presidente do grupo de amizade França-Brasil; Josselin de Rohan, presidente da Comissão de Relações Exteriores, da Defesa e das Forças Armadas; e Jean Besson, vice-presidente do grupo de amizade França-Brasil.

Também integram a comitiva, entre outras autoridades, os senadores da Guiana Francesa Georges Patient e Jean-Étienne Antoinette; Jean-Louis Schroedt-Girard, secretário da Comissão de Relações Exteriores, da Defesa e das Forças Armadas da França; e Antoine Pouillieute, embaixador daquele país no Brasil

Fórum debaterá agenda política europeia e suas relações com o país

Tem início hoje, no Senado, o XVI Fórum Brasil-Europa, que debaterá a agenda política europeia e suas relações com o Brasil. O evento, que acontece no Auditório Petrônio Portella, é organizado pela Universidade de Brasília (UnB), pela Fundação Konrad Adenauer e pelo Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, contando ainda com o apoio da Delegação da Comissão Europeia no país.

Esta quinta edição do fórum reunirá políticos, diplomatas, cientistas políticos e economistas, além de representantes de empresas e de instituições supranacionais. Entre os temas a ser discutidos, está o impacto da nova configuração do Parlamento Europeu sobre as relações com o Brasil. Também serão debatidas, entre outros assuntos, as perspectivas de parceria estratégica nas áreas de energia, migração, comércio, educação e cultura.

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, participam da abertura do fórum, às 18h, ao lado do chefe

da Comissão Europeia no Brasil, embaixador João Pacheco, e de representantes da UnB e da Fundação Konrad Adenauer.

Em seguida, será realizado o primeiro debate, cujo objetivo é analisar as novas condições gerais do Parlamento Europeu e suas legendas partidárias depois das últimas eleições, bem como as consequências, nas relações com o Brasil, dessa nova correlação de forças políticas.

Entre os palestrantes, estão o professor e membro do European Values Study Václav Lebeda; a diretora do Departamento da Europa do Itamaraty, embaixadora Edileuza Fontenele Reis; o membro do Parlamento Europeu Theodor Stolojan; e o conselheiro político do Ministério das Relações Exteriores da Suécia, embaixador Olof Ehrenkrona.

Amanhã, a partir das 9h30, haverá três mesas de debates a fim de analisar o futuro da política externa europeia, a parceria estratégica entre Brasil e União Europeia e a cooperação euro-brasileira no âmbito internacional, com foco na reforma das Nações Unidas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário examina plano de moradias

A pauta da sessão deliberativa, que se inicia às 14h, está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLC 11/09) que cria mecanismos de incentivo à produção e aquisição de 1 milhão de moradias pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos – o programa Minha Casa, Minha Vida.



Jone Araújo

Comitiva de senadores da França na Comissão de Relações Exteriores

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe a visita dos senadores da Guiana Francesa Georges Patient e Jean-Étienne Antoinette. Às 11h30, o presidente do Senado da França, Gérard

Larcher, visita a CRE acompanhado dos senadores franceses Roland du Luart, Josselin de Rohan e Jean Besson. O embaixador da França no Brasil, Antoine Pouillieute, acompanha a comitiva.

CMA decide sobre emendas à LDO e estímulo a boas práticas ambientais

Na primeira parte da reunião, às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprecia as emendas que encaminhará ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010. Em seguida, o colegiado analisa projeto que inclui a certificação de empresas por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações. Entre os 12 itens da pauta, constam ainda dois projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

CAS e CDR também votam emendas

Às 10h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne para votar emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) também se reúne no mesmo horário para analisar suas emendas à proposta.

Comissões debatem óleo vegetal como combustível

Audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h30, debate a proposta que trata da comercialização e do uso de óleo de origem vegetal como combustível para máquinas e equipamentos agrícolas. Para a audiência, estão convidados representantes da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Meio Ambiente, entre outras autoridades.

Relações entre Europa e Brasil são tema de fórum

Às 17h30, acontece a abertura do XVI Fórum Brasil-Europa, cujo tema é "Política europeia e as relações com o Brasil". Estarão presentes os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, além do embaixador João Pacheco, chefe da delegação da Comissão Europeia no Brasil; Peter Fischer-Bollin, representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil; e José Flávio Sombra Saraiva, professor da Universidade de Brasília (UnB). Após a abertura, serão proferidas palestras sobre as consequências das eleições do Parlamento Europeu.

Incentivo a políticas para juventude em pauta

Em reunião às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota as emendas que deverá apresentar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Depois, serão examinadas, entre outras matérias, propostas de incentivo a políticas públicas voltadas à juventude e de criação do Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas.



J. Freitas

Universidade do Acre e desenvolvimento da Amazônia

A atuação da Universidade Federal do Acre no desenvolvimento da Amazônia será debatida, às 15h, em audiência pública da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Proteção para quem trabalha no cultivo de fumo

Audiência pública, às 9h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH) para instruir o projeto que cria o Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Fumicultura. Estará presente na audiência o ministro da Saúde, José Gomes Temporão; além de outros convidados. Na segunda parte da reunião, a CDH vota emendas apresentadas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010.



Zambiasi: fundo para incentivar produtor a deixar de plantar tabaco

Comissão debate substituição do cultivo do fumo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 9h, debate sobre a criação de um fundo de proteção para quem trabalha no cultivo de fumo. A proposta (PLS 176/07) é do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

O fundo, além de amparar quem trabalha no setor, visa diversificar as atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco. Também institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre importação, fabricação e venda, no território nacional, de charutos, cigarrilhas, cigarros de tabaco e afins.

Foram convidados para o debate o ministro da Saúde, José Gomes Temporão; o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza; a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira; o conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Paulo Furquim de Azevedo; o secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Luiz Antônio de Medeiros Neto; o professor da Fundação Getúlio Vargas José Antonio Schöntag; o presidente do SindiTabaco do Rio Grande do Sul, Iro Schünke; o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), André Franco Montoro Filho; e o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo, Romeu Schneider; o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo, José Henrique Barreto; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Artur Bueno de Camargo; e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo, Francisco Luiz Oliveira.

De acordo com o projeto de Zambiasi, os recursos do Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Fumicultura serão destinados ao estudo e tratamento das doenças decorrentes do uso do tabaco (40%); ao produtor rural do tabaco e ao trabalhador temporário (30%); ao financiamento de equipamentos, matéria prima e demais materiais necessários ao agricultor que reduzir ou deixar de plantar tabaco (15%); à pesquisa e desenvolvimento de novas culturas (7,5%); e ao trabalhador na indústria do fumo (7,5%).

MP bloqueia deliberações e oposição faz obstrução para pressionar pela CPI da Petrobras, mas acordo permite votação da proposta que limita despesas com câmaras municipais

Em pauta, PEC dos Vereadores e programa de casa popular

A MEDIDA PROVISÓRIA que criou o programa federal de habitação Minha Casa, Minha Vida tranca a pauta do Plenário, que também inclui a chamada PEC Paralela dos Vereadores. O programa visa construir 1 milhão de moradias para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos (R\$ 4.650).

A proposta do governo (MP 459/09) foi alterada na Câmara, sendo transformada no Projeto de Lei de Conversão 11/09. O texto original limitava o programa a cidades com até 100 mil habitantes. A Câmara ampliou o alcance às famílias que residem em qualquer município. Outra mudança estabelece que seja destinado R\$ 1 bilhão para atender municípios com população de até 50 mil habitantes, com prioridade para as pessoas que têm renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 1.395).

O déficit habitacional brasileiro é estimado em 7,9 milhões de moradias. Desse total, cerca de 6,5 milhões (aproximadamente

82%) referem-se a áreas urbanas. O segmento da população com renda até dez salários mínimos representa 99,1% da carência habitacional, conforme estudo feito pelo Ministério das Cidades, que cruzou o déficit com o número de famílias que demandam moradia.

Vereadores

Entre os 49 itens da pauta, está a Proposta de Emenda à Constituição 47/08, que define limites de gastos para as câmaras de vereadores. Mesmo com a pauta trancada, essa matéria poderá ser colocada em votação, conforme entendimento que vem sendo adotado pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, segundo o qual as medidas provisórias obstruem apenas a deliberação de projetos de lei ordinária. A chamada PEC Paralela dos Vereadores cria seis faixas de gastos máximos dos municípios com os legislativos locais, de acordo com a popu-

lação, de 3,5% a 7% da receita municipal.

Obstrução

O impasse que envolve as comissões parlamentares de inquérito da Petrobras e das Organizações Não Governamentais (ONGs) pode dificultar as votações no Plenário. Isso porque a oposição já anunciou que pretende obstruir as deliberações até que a CPI da Petrobras seja instalada. Já a base governista disse que não dará quórum nem para a instalação dessa comissão nem para o prosseguimento dos trabalhos da CPI das ONGs enquanto a relatoria nessa comissão não for devolvida ao senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Na CPI das ONGs, a relatoria foi assumida pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), após Arruda ter deixado de ser integrante titular da comissão. O DEM e PSDB, no entanto, concordaram em suspender a obstrução para votar a PEC dos Vereadores.



Cícero Lucena diz que desenvolvimento está vinculado à inovação tecnológica

Propriedade intelectual em discussão na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debate amanhã, às 8h30, o tema "Propriedade Intelectual e Inovação". De acordo com o autor do requerimento para a realização da audiência pública, Cícero Lucena (PSDB-PB), o objetivo é discutir as relações entre os dois conceitos e sanar dúvidas jurídicas sobre a questão da propriedade intelectual.

Para o senador, cada vez mais o desenvolvimento econômico das nações está condicionado ao conhecimento acumulado, traduzido em novos produtos, processos e serviços, que se convencionou chamar de inovação. Nesse cenário, o capital intelectual das empresas é a base de sua competitividade.

A proteção da propriedade intelectual surge como instrumento jurídico capaz de promover a valorização dos ativos intangíveis das empresas, mostrando-se condição essencial para o funcionamento eficaz das economias modernas.

Com o objetivo de discutir o assunto, foram convidados para o debate na CCT Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo; Cláudia Chamas, pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz; Maristela Basso, advogada e professora da Universidade de São Paulo; Francisco Alberto de Souza Teixeira, diretor-executivo da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual; e Roberto Giannetti da Fonseca, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo.

Grupo

No Brasil, o tema propriedade intelectual fica a cargo de um grupo interministerial, que conta com subgrupos temáticos, cobrindo as áreas de propriedade industrial, direitos de autor e direitos conexos (incluindo a proteção de programas de computador), cultivares (obtenções vegetais ou variedades vegetais), topografia de circuitos integrados, informações não divulgadas (ou informações confidenciais), observância dos direitos de propriedade intelectual, concorrência desleal e relação da propriedade intelectual com o acesso a recursos genéticos e com os conhecimentos tradicionais.



Projeto em análise no Plenário modifica medida provisória para abranger todos os municípios em programa habitacional

Óleo vegetal para abastecer máquinas

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Serviços de Infraestrutura (CI) debatem hoje, às 9h30, proposta do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) para permitir a produção, venda e uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras e outros veículos e máquinas utilizados na produção, no beneficiamento e no transporte de produtos agropecuários.

Goellner, autor também dos requerimentos para a realização da audiência, argumenta na justificativa do projeto (PLS 81/08) que o uso do óleo vegetal como combustível em substituição ao diesel no meio rural contribuirá para baratear a produção agropecuária.

O senador pretende viabilizar



Goellner: substituição do diesel em maquinário rural barateia produção

também um novo mercado para esse tipo de óleo. Goellner ressalta que o projeto permite que a indústria venda diretamente ao usuário final, eliminando intermediários, o

que deixaria o produto com um preço menor.

A proposta tem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como relator na CRA. Na CI, será analisada em caráter terminativo, ou seja, com dispensa de análise posterior pelo Plenário, a menos que haja recurso de senadores nesse sentido.

Foram convidados para a audiência pública Márcio Turra de Ávila, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Paulo de Moraes, diretor da Suner Engenharia e Biocombustíveis; e representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Ministério do Meio Ambiente.

Proposta que unifica a hora legal, hoje dividida em três, está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos

Horário de Brasília deve ser adotado em todo o país

O BRASIL PODERÁ deixar de ter três horários oficiais. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje proposta que unifica a hora legal no país com base no horário oficial de Brasília, que está três horas atrasado em relação ao meridiano de Greenwich.

Segundo o autor do projeto de lei (PLS 486/08), senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a medida irá eliminar diferenças de fuso horário verificadas no Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima – cujos relógios marcam uma hora a menos que o horário de Brasília –, além de ilhas como Fernando de Noronha – onde marcam uma hora a mais.

Para Virgílio, as variações hoje em vigor causam os mais variados transtornos, como impedir maior integração do espaço econômico nacional, prejudicar a integração econômica das populações e atividades realizadas na porção mais ocidental, dificultar a integração de centros comerciais e industriais nos negócios realizados com o centro-sul e atrapalhar o ritmo vertiginoso de progresso nas comunicações e nos transportes.

O parecer do relator, Gim Argello (PTB-DF), é favorável ao projeto, que ainda será vo-

tado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), neste caso em caráter terminativo.

Também está na pauta da CAE proposta que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir, entre as normas que orientam a ação da União na organização do sistema de ensino nacional, a que prevê sua participação no financiamento de instituições de educação superior mantidas pelos estados.

O objetivo da proposta (PLS 2/07), segundo o autor, Osmar Dias (PDT-PR), é “expandir a oferta de vagas e melhorar a qualidade dos cursos e dos programas mantidos por essas instituições de ensino”.

A matéria será ainda apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

Fundo

Outra proposta em pauta na CAE é o substitutivo do senador João Vicente Claudino (PTB-PI) a projeto que cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e aos Estados de Calamidade Pública (Fasec).

O projeto original (PLS 193/09) é do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Projeto em pauta na Comissão de Infraestrutura visa evitar que áreas com grande potencial fiquem subexploradas

Comissão analisará projeto que permite fracionamento de áreas mineradoras

Projeto que visa permitir o desmembramento dos títulos de concessão de lavra e licença para exploração mineral poderá ser votado na quinta-feira pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), apresentou substitutivo, recomendando que o desmembramento seja regulado pelo Poder Executivo.

A comissão votará a proposta (PLS 245/06), do então senador Marcos Guerra, em decisão terminativa. O projeto altera o Código de Minas (Decreto-Lei 227/67) e prevê que o parcelamento dependerá de decisão do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e não poderá comprometer o direito do titular da concessão. O fracionamento, de acordo

com o substitutivo, não poderá comprometer o aproveitamento racional da área e deve prever viabilidade técnica, incremento da produção e economicidade nas unidades resultantes.

A iniciativa de Marcos Guerra tem a finalidade de permitir que sejam explorados novos minerais onde já ocorra esse tipo de exploração, o que não é permitido hoje. Segundo o autor, “isso traz sérios prejuízos para toda a sociedade, pois muitas áreas com grande potencial ficam subexploradas”.

Também está na pauta da CI projeto de Marconi Perillo (PSDB-GO) que visa isentar da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de

energia. Tal contribuição incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível. A proposta PLS (597/07) altera a lei que instituiu a Cide (Lei 10.336/01). Após exame da CI, a matéria ainda será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Dnocs

A Comissão de Infraestrutura poderá realizar seminário sobre os cem anos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Requerimento com essa finalidade, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), também deve ser votado pela CI na quinta-feira.

Lei Rouanet pode beneficiar técnico de audiovisual

A atualização e o aprimoramento de profissionais da área de audiovisual poderão ser incluídos entre os objetivos dos projetos culturais que se habilitam a recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

A Comissão de Educação (CE) deve votar hoje proposta (PLS 332/06) com esse objetivo, alterando a Lei Rouanet (Lei 8.313/91). A relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), apresentou três emendas à proposta para explicitar que as alterações abrangem as áreas técnicas

do audiovisual. A proposta foi apresentada pelo então senador Roberto Saturnino. Segundo ele, a expansão da cinematografia nacional não veio acompanhada da atualização profissional de seus técnicos.

Também será examinado pela CE projeto (PLS 52/08) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que altera a legislação para isentar do Imposto de Renda Pessoa Física o valor da bolsa concedida ao filho ou enteado de professor da própria instituição de ensino, desde que não seja usada como

substituição de parcela salarial e que seja acessível a todos os docentes do estabelecimento de educação. A proposta também prevê que as bolsas não devem integrar o salário de contribuição previdenciária. A relatora é Ideli Salvatti (PT-SC).

A pauta da CE inclui ainda oito projetos que autorizam a criação de escolas técnicas ou centros federais de educação, como a Escola Técnica de Navegação Interior, no Tocantins (PLS 123/08), e a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Paraná (PLS 415/08).



Certificado ambiental, critério para desempate em licitações



Projeto de Expedito Júnior busca estimular boas práticas ambientais

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa hoje, às 11h30, a proposta que inclui a certificação de empresa por boas práticas ambientais como critério de

desempate em licitações.

O projeto (PLS 366/08) recebeu voto favorável da relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), e passará ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Marisa Serrano observou que a busca do menor preço de bens e serviços sem que se levem em conta efeitos ambientais a eles associados “pode revelar-se econômica e financeiramente condenável”.

Também está na pauta projeto (PLS 220/07) do presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), que inclui informações sobre eficiência e consumo de energia entre os dados de apresentação de produtos ou serviços. A relatora Fátima Cleide (PT-RO) apresentou parecer favorável.



A Comissão de Educação deve examinar hoje oito propostas de criação de escolas técnicas ou centros federais de educação



PEC apresentada por Crivella está em pauta na CCJ e tem validade de dez anos

Propostas impedem bloqueio de gastos das Forças Armadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve examinar amanhã duas propostas de emenda à Constituição que, em tramitação conjunta, têm por finalidade garantir a efetiva aplicação dos recursos orçamentários destinados às Forças Armadas. O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), recomendou a aprovação da PEC 53/04, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que pretende vedar por dez anos a aplicação de limites à execução das dotações destinadas ao reaparelhamento, à modernização e à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico das três Forças – Exército, Marinha e Aeronáutica.

Ao justificar a preferência por essa matéria, em comparação à PEC 85/03, que tem como primeiro subscritor Demostenes Torres (DEM-GO), o relator observou que o texto de Crivella produzirá efeitos por período determinado e que, nele, a proteção contra possíveis limites à execução financeira alcança apenas a aquisição de bens e serviços com suporte em contratos de financiamento firmados com organismos financeiros internacionais. Pela proposta liderada por Demostenes Torres, a proteção dos recursos das Forças Armadas seria total.

O texto apresentado por Crivella estabelece ainda que, desde a elaboração da proposta orçamentária anual, sejam previstos recursos suficientes para o atendimento integral dos cronogramas de desembolso pactuados nos contratos de financiamento externos, inclusive no que se refere às correspondentes contrapartidas – parcela de recursos do próprio orçamento brasileiro.

Defesa nacional

Na análise, o relator afirma haver um processo de redução do orçamento das Forças Armadas, com sucateamento dos equipamentos, por falta de reposição e manutenção. Salienta também que essa situação é preocupante diante de um cenário de crise internacional que torna recomendável uma atenção especial à defesa nacional. Mesmo com o reforço mais recente nos orçamentos das três Forças, a análise é de que esse movimento ainda é prejudicado pelas medidas de contingenciamento (bloqueios de gastos). Assim, em relação aos valores inicialmente aprovados nos orçamentos anuais, tem havido uma redução dos valores liquidados (pagos). Quando considerados somente as despesas de investimentos, em relação ao programado, os valores pagos teriam correspondido a apenas 78,8%, em 2005, e 76,9%, em 2006.

Uma emenda prevê que lei complementar poderá excepcionalmente desconsiderar o limite até 16 anos. Outra determina a imputabilidade de menor de 18 que praticar crime hediondo

Comissão examina mudança na proposta que reduz maioria

DUAS EMENDAS APRESENTADAS em Plenário à proposta que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal no país deverão ser examinadas amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Uma das emendas, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), prevê que “lei complementar poderá, excepcionalmente, desconsiderar o limite à imputabilidade, até 16 anos, definindo especificamente as condições, circunstâncias e formas de aplicação dessa exceção”. O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), observa que o objetivo dessa emenda já está contemplado no parecer da CCJ.

A outra emenda, de Magno Malta (PR-ES), determina a imputabilidade penal de menores de 18 anos que praticarem crime hediondo. Demostenes argumenta que, nos termos em que foi redigida, uma criança com dez anos de idade, por exemplo, poderia ser condenada pela prática de um crime hediondo. Em contrapartida, salienta o relator, um adolescente de 17 anos envolvido em crimes como tortura, tráfico de entorpecentes e terrorismo poderia não ser alcançado pela lei penal. A proposta de mudança constitucional, PEC 20/99, tramita em

conjunto com outras quatro: PECs 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04.

Justiça do Trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça também deve analisar amanhã pareceres favoráveis a três projetos de lei da Câmara (PLCs 64, 86 e 91, todos de 2009) que criam cargos efetivos e comissionados e funções comissionadas na Justiça do Trabalho em São Luís, São Paulo e Fortaleza. Como essas proposições tramitam em caráter terminativo, só irão a Plenário se um décimo dos senadores apresentarem recurso nesse sentido.

O PLC 64/09 cria 119 cargos efetivos, sendo 67 de analista judiciário e 52 de técnico judiciário; cinco cargos em comissão e 64 funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 16ª Região, com sede em São Luís. Em seu relatório, o senador Lobão Filho (PMDB-MA) ressalta dispositivo que não permite a nomeação para as funções comissionadas de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive dos respectivos membros ou juizes vinculados. A única exceção é para a nomeação de servidor efetivo das carreiras judiciárias, mantendo-se, ainda assim, a proibição para ser no-

meado ou designado para servir junto ao magistrado que motiva essa restrição.

Já o PLC 86/09 estabelece a criação de cem cargos efetivos de analista judiciário no TRT da 2ª Região, com jurisdição sobre a Grande São Paulo e a Baixada Santista, a serem preenchidos por meio de concurso público. O projeto cria ainda 140 funções comissionadas (128 de assessor de juiz, seis de assessor técnico da presidência e seis de assessor), a serem ocupadas privativamente por servidores efetivos desse tribunal. O detalhamento da proposta está em parecer do senador Romeu Tuma (PTB-SP).

De acordo com a terceira proposição, o PLC 91/09, serão criados, no âmbito do TRT da 7ª Região, sediado em Fortaleza, 160 cargos efetivos, sendo seis de juiz do trabalho, 75 de técnico judiciário, 61 de analista judiciário e 18 de analista judiciário-oficial de justiça.

A proposta determina também a instituição de 15 cargos em comissão e 159 funções comissionadas. Em seu parecer, Inácio Arruda (PCdoB-CE) argumenta que essa medida se justifica pelo crescente volume de causas trabalhistas pendentes de solução naquele tribunal.



Depois do exame da Comissão de Constituição e Justiça, PEC retornará ao Plenário, para o primeiro turno de votação

Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser flexibilizada

Alterações na chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) poderão ser analisadas amanhã pela CCJ.

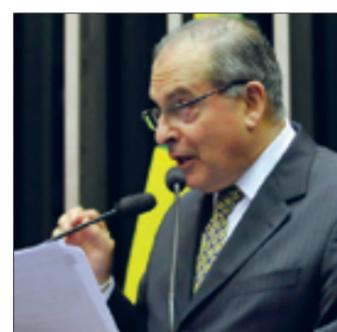
Substitutivo de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto de lei (PLS 19/05 – Complementar) de iniciativa do então senador Rodolpho Tourinho, que tramita em conjunto com outras cinco propostas, define despesas que ficarão livres da limitação imposta pela LRF.

Segundo o texto proposto pelo relator, estariam liberadas dessas amarras as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as dotações orçamen-

tárias vinculadas ao pagamento de *royalties* pela exploração de recursos minerais e hídricos, ou quem tenham como fonte de recursos multas aplicadas e receitas geradas pela ação das agências reguladoras e operações de crédito com organismos multilaterais.

O substitutivo de Antonio Carlos Junior acolhe não só o PLS 19/05, mas também o PLS 414/07, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), e o PLS 66/08, de Adelmir Santana (DEM-DF), todos complementares.

As demais propostas – PLS 397/05 e PLS 298/07, ambos de



Substitutivo de ACM Júnior engloba três projetos que tornam limites menos rígidos

Marcelo Crivella (PRB-RJ), e PLS 72/08, de Marisa Serrano (PSDB-MS) – receberam voto contrário do relator.

Carreiras de Estado no IBGE

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania discute nesta quinta-feira, às 10h, a inclusão nas chamadas carreiras típicas de Estado de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) responsáveis pela execução, em âmbito nacional, das atividades de estatística, geografia e cartografia.

São consideradas típicas de Estado carreiras sem correspondência na iniciativa privada, responsáveis por atividades exclusivas de administração pública, nas áreas de gestão, auditoria e jurídica.

A audiência pública é destinada a aprofundar a discussão do projeto de lei (PLS 392/08) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Para o relator, Romeu Tuma (PTB-SP), a inclusão dos servidores do IBGE nas carreiras de Estado é plenamente viável, “uma vez que evitaria eventuais ingerências de ocupantes ocasionais do poder sobre as atividades desempenhadas pelos servidores”.

Missão

Cristovam Buarque argumenta que as funções exercidas pelos servidores de carreira do IBGE não podem, em nenhuma hipótese, sofrer pressões indevidas ou ameaças de qualquer tipo.

A principal missão do instituto é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

Para o debate foram convidados Carlos Alberto Boechat Rangel, consultor jurídico; Antonio Carlos Alkmim dos Reis, doutor em ciência política e pesquisador sênior do IBGE; Cláudio Dutra Crespo, mestre em comunicação, imagem e informação e tecnólogo do IBGE; Sidney Vicente da Silva, geógrafo; e dois representantes do sindicato dos servidores do instituto, Paulo Roberto Prates Dill e Marlene Rego Moreira.

Senador diz que, se o rateio do FPM não leva em conta o grau de desenvolvimento social de cada cidade, beneficia os mais ricos e prejudica os mais pobres. Ele pede que o procurador-geral da República entre com ação contra o presidente

Mozarildo critica a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) disse estar "impressionado e preocupadíssimo" com o fato de que o rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) não leva em conta o grau de desenvolvimento social de cada cidade. Segundo o senador, isso foi constatado por uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e revelado em reportagem do jornal *Correio Braziliense*.

Mozarildo sugeriu que o procurador-geral da República entre com uma ação exigindo o cumprimento do dispositivo constitucional que reza ser da responsabilidade do presidente da República a eliminação das desigualdades regionais.

– A distribuição [do FPM] é feita de maneira desigual, be-



Mozarildo defende a aprovação de um novo pacto federativo para o país que distribua mais os recursos

neficiando os mais ricos e prejudicando os mais pobres.

De acordo com a reportagem, "o estudo mostra que

idades do Nordeste com população de 25 mil habitantes, com índices de desenvolvimento humano (IDH) próximos a 0,5 (semelhantes aos do Camboja e do Paquistão) recebem R\$ 300 *per capita*, enquanto municípios de 2 mil habitantes no Sul, com IDH superiores a 0,8 (considerados altos) recebem R\$ 1,6 mil *per capita*".

Mozarildo leu da tribuna quadro publicado pelo jornal, que leva em conta os 4.521 municípios brasileiros com até 29 mil habitantes. O senador afirmou que

Colombo: inchaço da máquina pública impede desenvolvimento

O inchaço da máquina pública e a alta carga tributária do país contribuem para impedir a melhoria da qualidade de vida da população e a competitividade na economia, afirmou Raimundo Colombo (DEM-SC).

O senador ressaltou que o brasileiro paga a maior carga de impostos do mundo sem que isso corresponda à melhoria dos serviços prestados pelo governo em saúde, educação e previdência, sem falar nas condições precárias das rodovias e portos em todas as regiões do país.

Colombo disse que nos últimos quatro meses a arrecadação caiu 5% por causa da crise financeira, enquanto as despesas do governo aumentaram 19%. Ele acrescentou que as despesas com pessoal e encargos aumentaram 24% no mesmo período.

– Com toda a vocação de crescimento e de produção, com todo o potencial e a capacidade dos trabalhadores e dos empresários, se nós conseguíssemos estar livres desse custo, seríamos muito mais competitivos do que somos e teríamos uma qualidade de vida muito melhor.

Em 2003, apenas na administração direta, o governo federal contratou 17.044 funcionários, contra 14.129, em 2004; 14.563, em 2005; 12.600, em 2006; 6 mil,



Colombo diz que o brasileiro paga a maior carga tributária do mundo

em 2007; e 69.287, em 2008. Os dados foram fornecidos pelo Executivo em resposta a um pedido de informações encaminhado por Colombo.

O senador disse que não dispõe dos dados relativos a 2009, mas observou que a administração direta já conta com 133.608 funcionários e que os cargos em comissão já são mais de 15 mil, sem contar as estatais e os terceirizados.

– Assim, é impossível reduzir a carga de impostos. Nós não temos um Estado eficiente.

Colombo criticou ainda o excesso de funcionários na Petrobras. "Por isso que não baixa o preço da gasolina, do óleo e de outras coisas", disse.

"Desenvolvimento sustentável no Acre é balela"

Ao lembrar que o Acre completou ontem 47 anos, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que desenvolvimento sustentável no seu estado "é uma grande balela". Segundo o senador, os projetos que vêm sendo aprovados beneficiam empresas, mas as comunidades pobres são deixadas de lado.

Mesquita Júnior disse que interpelou um secretário do governo do Acre sobre um projeto de exploração sustentável da floresta na região de Sena Madureira, aprovado para uma empresa, mas tendo nas proximidades uma comunidade com cerca de 200 pessoas que vivem em dificuldades, conhecida como Toco Preto. Segundo o senador, o secretário ponderou que "fazer uma planta de projeto de manejo florestal é uma coisa muito cara".

– Sabemos que as empresas não põem dinheiro nesses projetos. É tudo financiado pelos bancos. Lamentavelmente, para as empresas as licenças e autorizações do governo saem num piscar de olhos. Para as comunidades pobres, isso não acontece. Aliás, os pequenos ocupantes de terras da Amazônia têm até medo de entrar nas agências dos órgãos de meio ambiente.



Segundo Mesquita Júnior, em 47 anos, poucos se apropriaram das riquezas

Para eles, há exigências até para cortar árvores para construção de suas casas – lamentou.

Conforme Mesquita Júnior, "poucos têm se apropriado das riquezas acreanas" e só esses poucos "podem dizer que o Acre vem se desenvolvendo". O senador opinou que a decisão de se legalizar a terra dos pequenos posseiros, aprovada com a Medida Provisória 458/09, foi uma das melhores medidas para a Amazônia adotadas pelo governo Lula. Disse que pôde perceber isso há poucos dias, em Sena Madureira, durante reunião com cerca de 600 posseiros.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que as ONGs criadas com a finalidade de proteger a Amazônia ignoram a miséria das populações da região, com sua elevada taxa de analfabetismo.



Foto: de Geraldo Magela

Mão Santa: gasolina é 20 vezes mais barata na Venezuela

Combustível no Brasil é caro, afirma Mão Santa

Ao relatar conversa que teve no final de semana com o jornalista piauiense Tomaz Teixeira, Mão Santa (PMDB-PI) criticou os elevados preços dos combustíveis cobrados no mercado brasileiro em comparação com os de outros países sul-americanos, e a política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras.

Na avaliação do senador, é inadmissível que na Venezuela um tanque de gasolina custe em média R\$ 5, cerca de 20 vezes menos que no Brasil.

Mão Santa citou ainda o preço do botijão de gás naquele país, que é de R\$ 4, enquanto no Brasil está em R\$ 44. Segundo ele, o mesmo ocorre com o óleo diesel e o querosene.

– É uma imoralidade. Como é que pode ser esse preço? Não somos auto-suficientes? Isso é rouba-lheira. Cadê essa CPI [da Petrobras], não sai não? – questionou.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) observou que parte significativa do preço dos combustíveis no mercado brasileiro é composta de impostos e não por parcela de lucro retido pela Petrobras.

Emplacamento

Mão Santa falou ainda sobre as "taxas exorbitantes" cobradas pelo Departamento de Trânsito do Piauí no emplacamento de motos novas que, segundo ele, chegam a 20% do preço do veículo – R\$ 600 para uma moto que custa R\$ 3 mil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Paim defende aprovação de PEC que permite candidaturas avulsas

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC), apresentada por ele, que permite a apresentação de candidaturas avulsas, ou seja, sem necessidade de filiação partidária, a qualquer cargo eletivo. A medida deverá ser votada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador se contrapôs aos adversários de sua proposta (PEC 21/06), que argumentam que a medida enfraqueceria os partidos.

– A isso [candidaturas avulsas] chamo de democracia plena, de baixo para cima. Por exemplo, na Itália há dois senadores que foram candidatos de forma avulsa e que foram eleitos. Não

vejo por que tanta resistência no Brasil – afirmou o parlamentar.

Paim citou reportagem publicada na edição semanal do **Jornal do Senado** revelando que o Brasil faz parte de um pequeno grupo de países em que as candidaturas avulsas não são permitidas. Ele indagou o porquê de o país não permitir ao cidadão esse tipo de direito. Segundo a publicação, esse mecanismo está disseminado em quase 90% dos países.

– Sou a favor, porque sou a favor também do voto facultativo e do parlamentarismo, para que o Congresso não fique sendo apenas uma Casa de homologação de medidas provisórias, como é hoje – disse.

Aposentados

O senador defendeu também o fim do fator previdenciário e conclamou os deputados a votarem a favor dessa medida, que, segundo informou, deverá estar na pauta de votações da Câmara dos Deputados ainda nesta semana.

Paulo Paim recomendou ainda o voto pela derrubada do veto presidencial ao reajuste dos benefícios previdenciários, medida que deverá ser examinada pelo Congresso Nacional em 8 de julho.



Senador afirma que proposta favorece a “democracia de baixo para cima”

Adelmir critica patrocínio do governo do DF a escola de samba

Adelmir Santana (DEM-DF) criticou o patrocínio do governo do Distrito Federal, cujo valor anunciado pela imprensa é de R\$ 3 milhões, à escola de samba fluminense Beija-Flor de Nilópolis. Ele considerou justa a escolha da história de Brasília – que completa 50 anos em 2010 – como tema do carnaval carioca, mas disse não conseguir entender por que o governo local não usa os recursos para valorizar as coisas e pessoas originárias da capital federal.

Como exemplo de sucessos originários de Brasília, o senador citou os grupos de rock Legião Urbana, Capital Inicial e Paralamas do Sucesso. Também lembrou os jogadores de futebol Kaká e Lúcio, titulares da Seleção Brasileira.

Adelmir Santana apontou “o histórico desinteresse dos go-



Adelmir: Brasília será tema da Beija-Flor no carnaval carioca de 2010

vernantes de Brasília em relação ao carnaval da própria cidade”, informando que as escolas de samba locais ainda não receberam o dinheiro dos prêmios deste ano. Ele também defendeu a realização dos desfiles das escolas de samba na Esplanada dos Ministérios.

Secretário do Tesouro presta contas sobre metas à CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) recebe hoje, às 15h, em audiência pública, o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin. Atendendo a preceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, Augustin deverá apresentar relatório de avaliação do cumprimento da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social das empresas estatais federais não financeiras para o terceiro quadrimestre de 2008 e o primeiro quadrimestre de 2009.

O resultado primário é a diferença entre as receitas e as

despesas do setor público, excluídos o principal da dívida e os juros, tanto os pagos quanto os recebidos. A apuração do resultado primário fornece uma indicação bastante confiável da situação financeira do setor público, evidenciando o quanto este necessita ou depende de recursos de terceiros para cumprir suas obrigações.

Amanhã a CMO se reunirá para votar, entre outros itens, crédito suplementar de R\$ 638 milhões para os ministérios dos Transportes e das Cidades e para a Presidência da República.

O projeto mais aguardado pelo governo destina R\$ 5,25 bilhões ao Ministério das Cidades, para financiar o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida



Sessão do Congresso terça passada: oposição obstruiu votações para protestar contra atraso na instalação da CPI da Petrobras

Congresso se reúne na quinta para votar pedidos de crédito

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, convocou sessão conjunta do Congresso Nacional para quinta-feira. Na pauta, pedidos do Executivo de abertura de créditos orçamentários para vários órgãos. A votação deveria ter ocorrido terça-feira passada, mas partidos de oposição obstruíram a sessão, em protesto contra o atraso na instalação da CPI da Petrobras. Pedido de verificação de quórum derrubou a sessão.

Há 19 projetos de abertura

de créditos à espera de votação pelo Congresso. O mais aguardado pelo Executivo é o projeto de lei (PLN 4/09) que abre crédito especial de R\$ 5,25 bilhões ao Ministério das Cidades, destinado ao financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida, lançado recentemente pelo governo. A Medida Provisória 459/09, que criou o programa e ainda não foi votada pelos senadores, consta da pauta do Plenário para exame nesta semana.

O mesmo PLN 4/09 também abre crédito especial de R\$ 750 milhões para o Ministério da Fazenda, que usará o dinheiro para integralizar quotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular. Criado pela MP 459/09 para dar garantia aos bancos que emprestam a mutuários com renda de até dez salários mínimos para compra ou construção de imóveis, o fundo deverá ressarcir os financiamentos não pagos pelo mutuário, seja por morte ou desemprego.

Alvaro: oposição pode ir ao STF para garantir CPI

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse em Plenário que é “inexplicável a persistência com que o governo vem obstruindo os trabalhos” da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, criada há um mês e ainda não instalada. Segundo disse, caso as atividades da CPI não sejam iniciadas esta semana, restará à oposição recorrer ao presidente da Casa, José Sarney, ou ao Supremo Tribunal Federal (STF).

– Se houver relutância da base governista, pode o presidente José Sarney designar membros, até da oposição, para completar o quórum necessário para o funcionamento regular da comissão parlamentar de inquérito – explicou.

O pedido seria feito por meio de requerimento ao presidente do Senado, para que “faça uso do regimento e substitua os membros faltosos da CPI”.

Caso a medida não produza efeito, acrescentou, a oposição poderá recorrer ao STF, por meio de mandado de segurança, para que o direito da minoria de ter a comissão em funcionamento seja respeitado. É possível, observou Alvaro Dias, que essas providências não sejam necessárias, já que a base governista pode permitir a instalação da CPI ainda esta semana, depois de três tentativas fracassadas.



Atrasar as investigações da Petrobras pode ser “tiro no pé”, afirma Alvaro

A jornalista, o senador disse que aguarda uma definição do governo até amanhã. A partir daí, a oposição, afirmou, usaria as alternativas que estão à disposição.

– E o pior é que essa obstrução passa a ideia de que o escândalo escondido é maior que o escândalo já anunciado. O fato de o governo demonstrar verdadeiro pavor pela instalação dessa CPI deixa implícito que há mazelas maiores que não chegaram ainda ao conhecimento da opinião pública, e o governo tenta impedir que elas cheguem.

Para Alvaro Dias, a manobra de atrasar a CPI pode ser um “tiro no pé”, pois, como as investigações terão prazo mínimo de 180 dias de funcionamento, quanto mais demorar a instalação, maior será a chance de a

comissão influenciar as eleições de 2010.

– Não creio que isso interesse ao governo: em pleno processo eleitoral, as denúncias ocupando as manchetes dos jornais – ressaltou.

ONGs

Sobre a possibilidade de a oposição devolver a um senador governista a relatoria da CPI das ONGs, Alvaro Dias declarou durante entrevista à imprensa que a decisão cabe ao senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

– Mas é óbvio que, se o governo retornasse à situação anterior de respeito à praxe, à tradição, a oposição também retornaria. O que houve na CPI das ONGs foi uma reação, resposta a uma ação do governo na CPI da Petrobras [que se negou a garantir a presidência da comissão para um parlamentar opositor] – explicou.

Os líderes do governo advertem que só garantirão quórum (número suficiente de parlamentares) para a instalação da CPI da Petrobras se a oposição honrar acordo feito anteriormente e devolver a um parlamentar governista a relatoria da CPI das ONGs, que foi ocupada por Arthur Virgílio quando o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) tornou-se suplente na comissão.



Candidatos devem oferecer novo projeto para o país, diz Cristovam

Cristovam lamenta tom de "plebiscito" em disputa por Presidência

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou ontem que a disputa pela Presidência da República, em 2010, esteja consolidando-se ao redor do que classificou de um "plebiscito" entre duas propostas muito parecidas. A seu ver, nem a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), nem o governador de São Paulo, José Serra, os possíveis candidatos, representam um novo projeto de país.

– É um projeto muito melhor do que o que tínhamos 20 anos atrás, que tem responsabilidade fiscal e uma rede de proteção social, mas não [é um projeto] diferente.

Segundo o parlamentar, caberia ao Senado propor novas visões para o futuro do Brasil. Ele comentou que essa é a primeira vez, em muitas eleições, que não há nenhum senador candidato a presidente, o que a

seu ver empobrece o debate.

Cristovam acredita que o Brasil precisa passar por uma revolução que represente mudanças estruturais.

– Uma revolução sem ruptura, no social – explicou.

Na opinião do senador, deveria constar da agenda dos candidatos a reforma política – com fim da reeleição, financiamento público de campanha e limitação no número de

reeleição para parlamentares – e o comprometimento com a geração de empregos, o equilíbrio ecológico e a produção de bens de alta tecnologia.

Cristovam ressaltou também a necessidade de uma revolução na educação.

– Os candidatos vão discutir mais quem conseguirá explorar o pré-sal do que quem vai implantar uma pré-escola – previu.

Papaléo defende Legislativo e atuação de CPIs

Ao isentar o Congresso Nacional, senador afirma que "quem pode corromper é o Poder Executivo, que tem a chave do cofre"

PAPALÉO PAES (PSDB-PA) isentou ontem, em discurso, o Poder Legislativo de atos de corrupção. Para o senador, as denúncias que vêm sendo publicadas pela imprensa ultimamente tem um foco indevido no Congresso Nacional.

– Quem pode corromper é o Executivo, que tem a chave do cofre – argumentou Papaléo.

Na opinião do parlamentar, é sintomático que o governo procure por todos os meios evitar a instalação ou o livre funcionamento de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). E exemplificou com as dificuldades criadas para duas CPIs do Senado: a das organizações não governamentais (ONGs) e a da Petrobras.

Papaléo observou que, até o ano de 2002, o país possuía 2 mil ONGs. Em 2006, disse, o número havia saltado para 260 mil ONGs, com repasse de R\$ 14

bilhões em recursos governamentais para essas entidades.

– A maioria dessas organizações está envolvida com a participação de recursos para fundos de campanha partidária. Eu não tenho dúvida nenhuma disso. Passou a ser uma fonte de renda para muita gente e uma fonte de corrupção para muitos governantes – acusou.

Segundo Papaléo, o problema com as ONGs não é só a grande quantidade de instituições beneficiadas e o volume despendido com elas, mas também o fato de a maioria não possuir gabarito técnico, condições administrativas e operacionais, além de pessoal qualificado e experiência para receber os valores que lhes eram destinados. Todas essas deficiências, segundo o senador, foram registradas em relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU).

– Então por que a CPI das



É sintomático que o governo tente evitar comissões de inquérito, afirma Papaléo

ONGs patina há dois anos, quase sem sair do lugar? Por que não conseguimos chegar a resultados que satisfaçam a expectativa da sociedade? É preciso investigar para que possamos estancar a sangria de recursos públicos e até para que possamos separar o joio do trigo, para que tenhamos condições de distinguir as entidades vigaristas daquelas que, efetivamente, se dedicam com seriedade às cau-

sas que abraçam – defendeu o parlamentar.

Fraudes

Papaléo disse que o mesmo raciocínio se aplica à CPI da Petrobras: com base em denúncias do TCU, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, foram apontados indícios de fraude nas licitações para a reforma de plataformas e exploração de petróleo, assim como em vários

outros contratos firmados pela estatal.

No entanto, assinalou, o governo estaria empreendendo, por intermédio de sua bancada, "tentativas desesperadas" de evitar o pleno funcionamento da CPI, "inclusive com acusações de crime de lesa-pátria contra a oposição".

– O que a oposição deseja, tanto quanto resguardar os cofres públicos, é preservar e fortalecer a Petrobras. A empresa deve enxergar não uma ameaça, mas uma oportunidade de provar por "a" mais "b" que suas operações são totalmente regulares, que não tem nada a esconder ou do que se envergonhar. A mesma atitude, é claro, também deveria ser tomada pela Agência Nacional do Petróleo – frisou Papaléo, que recebeu o apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR), Raimundo Colombo (DEM-SC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

João Pedro pede apuração sobre supostos atos secretos

João Pedro (PT-AM) pediu, em discurso no Plenário, que o Senado adote uma posição "forte e transparente" em relação aos supostos atos secretos da Mesa e às horas extras pagas durante o recesso parlamentar, observando, no entanto, que é preciso tomar cuidado com acusações generalizadas aos servidores da Casa.

O parlamentar assinalou que as denúncias feitas pela imprensa desde a semana passada sobre os atos secretos atingem todos os 81 senadores. João Pedro disse desconhecer tanto o pagamento de horas extras quanto a existência desses atos, mas afirmou que vem sendo cobrado por esses fatos.

– É da competência da área administrativa do Senado, mas sobra para todos nós. Ninguém assume a responsabilidade, e o Senado é que paga por isso – lamentou o senador.

Jango

João Pedro comunicou ter encaminhado solicitação ao Ministério da Justiça e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a abertura de investigação pelo governo brasileiro sobre as circunstâncias da morte do ex-presidente da República João



Senador solicita ao governo investigação sobre morte de Jango

Goulart.

Ele apresentou como justificativa dos pedidos a entrevista concedida pela viúva de Jango, Maria Teresa Goulart, à revista *Carta Capital*, em que relata os últimos momentos do marido, no exílio na Argentina, e o mistério em torno da forma como ele morreu, em 1976.

Segundo o senador, Maria Teresa revelou que, quando Jango sofreu um ataque cardíaco, seu médico havia viajado, e o corpo do ex-presidente foi sepultado sem a devida autópsia. João Pedro lembrou que o agente secreto do uruguaio Mário Neira Barreiro garantiu em livro que Jango foi envenenado.

Aberto processo disciplinar contra ex-diretor Zoghbi

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), determinou na sexta-feira a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar supostas infrações cometidas pelo ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi. O ato abre caminho para a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e financeiro do servidor.

O objetivo do processo é levar adiante o trabalho da comissão de sindicância que investiga ilícitos em contratos de empréstimos consignados.

O ato prevê a quebra do sigilo financeiro de Zoghbi "tanto bancário quanto junto ao empregador". Na portaria, publicada no Boletim de Pessoal da Casa, Heráclito reconhece que o servidor cometeu infração ao emitir declaração com conteúdo alterado no sistema de dados do Senado.

De acordo com o artigo 146 da Lei 8.112/90, é obrigatória a instauração de processo disciplinar "sempre que o ilícito praticado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão".

Cristovam aponta articulação para melhorar imagem da Casa

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem, em entrevista, que há uma articulação no Senado para melhorar a imagem da instituição. O grupo de senadores, acrescentou, deve se reunir esta semana com o objetivo de "encontrar uma saída" para o que ele considera ser um estado de "desmoralização completa do Senado".

O parlamentar defendeu punição para funcionários e senadores que tenham se envolvido na edição de atos secretos, que, conforme noticiado pela imprensa, criaram cargos, aumentaram salários e permitiram o pagamento de horas extras irregulares.

Segundo Cristovam, ainda não há clareza sobre quais medidas moralizadoras devem ser exigidas pelo grupo, mas é necessário apurar se os servidores que trabalharam para a edição dos atos atuaram por conta própria ou com o aval de senadores.

– Se os funcionários fizeram essas coisas sem autorização dos senadores, só tem um jeito, é a demissão.

Não vejo outra coisa a fazer, e depois a polícia que cuide deles. Agora, se fizeram com aval dos senadores, aí eu acho que a gente vai ter que reconhecer que houve falta de decoro dos senadores – declarou Cristovam.

O parlamentar também disse que a afirmação do presidente do Senado, José Sarney, de que não tinha conhecimento dos atos de nomeação de três parentes para cargos na Casa pode ser classificada como um "grave reconhecimento de omissão para quem está no cargo que ele ocupa". Saliu, no entanto, que todos os senadores têm alguma parcela de responsabilidade sobre a crise de credibilidade por que passa o Senado.

– A opinião pública não confia na gente, é ilusão achar que algum senador está acima dos outros. Alguns são muito mais culpados, provavelmente, outros são omissos. Mas, livres de tudo hoje, não há nenhum de nós. Ou somos culpados ou somos omissos.